

CONFLITO DE INTERESSES E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE AMPARO/SP (2001/2003). Júlio Barassa Neto, Jair Pinheiro – Ciência Política – Ciências Sociais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

As sociedades capitalistas, principalmente nos países centrais, consolidaram uma concepção hegemônica de democracia, qual seja, a concepção de representação política liberal com a qual procuraram estabilizar a tensão entre democracia e capitalismo. Essa estabilização ocorreu através da prioridade conferida à acumulação de capital em relação a redistribuição de renda e pela limitação da participação cidadã, com o objetivo de não “sobrecarregar a democracia” com demandas que pudessem colocar em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição. Parte-se disso a noção de participação política (segundo a concepção hegemônica), que se expressa em termos de deveres políticos e de direitos legais e constitucionais dos cidadãos no que diz respeito à eleição de governos representativos e a assegurar o seu funcionamento sistêmico. De fato, em grande parte, este modelo tem sido bem sucedido em proporcionar estabilidade institucional e legitimidade política à democracia representativa liberal, nos países centrais do capitalismo. Todavia, esta teoria política fundou-se em questões pragmáticas relativas a velhas democracias “de fato existentes” do Ocidente, impossibilitando a evolução de experiências alternativas –possíveis – nas novas democracias em desenvolvimento.

Além disso, esta teoria, ao tratar persistentemente a democracia representativa liberal como a forma definitiva de democracia, encorajou o ponto de vista de que, com ela, a humanidade havia atingido o estado mais elevado de desenvolvimento político, além e fora do qual não existiria nenhuma possibilidade democrática.

No início da década de 1980 ocorre o processo de redemocratização do Brasil, uma sociedade imersa na crise do Estado desenvolvimentista, na marginalização política e social das classes populares e no que então era denominado “entulho autoritário”. Na época, o debate político colocou a democratização da vida política brasileira e a efetivação da cidadania no próprio centro da agenda política nacional. A redefinição de práticas do movimento operário, no final da década de 70 e início dos anos 80, somados aos novos movimentos sociais – ambos inseridos na luta pela ampliação da esfera política, pela transformação de práticas dominantes, pela ampliação da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos – estiveram, desde o início deste processo de redemocratização, ligados às práticas de deliberação participativa no Brasil. Elas foram entendidas através de uma renovada teoria do conflito social, que apontava para formas de participação popular e lutas plurais, demandantes de representação autônoma no processo de distribuição de bens públicos e formulação de políticas públicas.

Este novo contexto político criou as condições para que as forças políticas de esquerda – notadamente o Partido dos Trabalhadores – iniciassem experiências inovadoras de participação popular em governos municipais. No ano de 1988, o Partido dos Trabalhadores vence a eleição municipal em importantes capitais do país, como São Paulo e Porto Alegre e implanta o projeto Orçamento Participativo, que dentre outras coisas, tinha a pretensão de reformar as relações políticas existentes e incluir os cidadãos no processo de tomada de decisão. O Orçamento Participativo, projetado sob a perspectiva de superação de velhas práticas políticas, como por exemplo o clientelismo, é depurado no decorrer do processo de sua vigência, visando uma interação governo/sociedade sem prejuízo da capacidade política e administrativa do governo. A partir de 2001, o programa Orçamento Participativo foi implementado em mais de 100 municípios brasileiros, com variações significativas entre as experiências.

No bojo desta experiência política tem-se como pano de fundo a busca de um consenso estabelecido entre agentes diferentes com perspectivas baseadas em interesses diversos. Em outras palavras, atores políticos diversos procuram articular seus interesses à agenda do poder público, seja no interior do Orçamento Participativo, como também fora dele. Desta forma, evidencia-se uma das características da sociedade capitalista, qual seja, a diversidade de interesses dos agentes *políticos e econômicos* – no caso em que propomos estudar – atuantes na esfera municipal. Por conseguinte, considera-se a sociedade capitalista e o ambiente político em que estão inseridos o Estado e os agentes

sociais, um ambiente de interesses conflitantes, em que as demandas dos agentes políticos (sociedade civil organizada, movimentos sociais, associações de bairro, etc.) participantes do Orçamento Participativo ou fora dele, podem sofrer importantes restrições frente às determinações promovidas por aqueles agentes econômicos que têm poder de interferência na política municipal – sejam estes últimos prestadores de serviços à municipalidade ou setores da produção demandantes de infraestrutura, como por exemplo, uma demanda por meios de comunicação diretamente ligados à acumulação ou à reprodução do capital, estradas servindo as zonas industriais, telecomunicações, etc.

Portanto, partimos da premissa de que as forças de produção localizadas na cidade exigem do Estado, mesmo na esfera municipal, medidas garantidoras das condições gerais de acumulação, bem como a continuidade de um padrão de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida das camadas populares, baseadas em programas sociais que desoneram o capital.

Nesta perspectiva, nossa pesquisa buscará delinear um perfil destes agentes que atuam na esfera municipal, a partir do Orçamento Participativo, no caso particular da cidade de Amparo/SP. Em decorrência dos resultados obtidos, poderemos apontar alguns elementos subjacentes ao discurso da participação, da racionalidade econômica que procura inibir (ou minimizar) tal participação e do papel do Estado na urbanização capitalista.

Sob a perspectiva de revigoramento das instituições democráticas, esta pesquisa tem como objetivo a análise da interação entre Estado e sociedade na cidade de Amparo/SP. Considerando a existência de interesses conflitantes entre os diversos agentes sociais inseridos neste ambiente, pretende-se, por um lado, detectar quais interesses e em que grau foram atendidos pelas políticas empreendidas pela Prefeitura Municipal e, por outro, os critérios utilizados pela Prefeitura para a construção dessas políticas. Em decorrência de um exame analítico das variadas formas de atuação dos agentes *políticos e econômicos*, poderemos verificar suas influências sobre as ações da Prefeitura Municipal.

FAPESP